

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As condições climáticas adversas que se registaram nos últimos dias, em particular devido ao vento forte e à forte ondulação têm conduzido a vários estragos no litoral. São disso exemplo os estragos registados na Cova do Vapor e do Bairro do 2º Torrão na Trafaria (concelho de Almada), na Arrábida e na marginal de Sesimbra.

Na Cova do Vapor e no Bairro do 2º Torrão o mau tempo foi responsável pela danificação de habitações e de estabelecimentos comerciais, sendo fundamental tomar medidas para reforçar a proteção costeira nas praias no cordão ribeirinho. Na Arrábida, para além de danos que levaram à destruição do muro no Portinho da Arrábida e do acesso à praia do Creiro, com condutas de abastecimento de água e fornecimento de eletricidade expostas, há registo de danos com níveis de destruição graves em diversos estabelecimentos comerciais ao longo das várias praias. E na marginal de Sesimbra os danos foram muito sobretudo na destruição de alguns acessos à praia e passadiços. Além de no fundamental, a areia da praia ter “sido levada pelo mar”, a situação mais preocupante prende-se com a sustentabilidade de algumas zonas do muro, estando-se ainda avaliar os riscos existentes.

Importa naturalmente apurar e identificar os estragos ocorridos e adotar as medidas necessárias de apoio à reparação das zonas danificadas, mas é igualmente importante concretizar no terreno soluções que possibilitem a prevenção de eventuais danos futuros.

Consideramos que é fundamental a tomada de medidas concretas e eficazes com urgência de proteção física da orla costeira e de proteção de pessoas e bens na Península de Setúbal.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério do Ambiente e do Ministério da Administração interna, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o levantamento efetuado até ao momento dos estragos ocorridos na sequência das condições climáticas adversas registadas nos últimos dias?
2. Que medidas irão ser adotadas para responder às situações mais emergentes e que

coloquem em causa a segurança de pessoas e bens e onde hajam riscos associados, nomeadamente dos particulares afetados, quer seja no que respeita à danificação de habitações, quer seja de estabelecimentos comerciais?

3. Que medidas irão ser adotadas para proceder à reparação e reconstrução de equipamentos e espaços públicos danificados ou destruídos?
4. Tendo em conta a necessidade de proteger pessoas e bens e de proteger a orla costeira para minimizar e/ou evitar danos futuros, que medidas pretende o Governo adotar neste sentido?

Palácio de São Bento, 16 de março de 2018

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

FRANCISCO LOPES(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)